

## **À procura de modernidades alternativas: a aventura política dos intelectocratas russos em meados do século XIX\***

Daniel Aarão Reis\*\*

### **Intelectuais e intelectocratas**

O presente texto tem como objeto mais geral as relações entre intelectuais, política e poder. Num recorte mais preciso, pretende-se estudar a ação política de determinado grupo de intelectuais russos, chamados por nós de *intelectocratas*, que, em meados do século XIX (1860-1880), desempenharam um papel decisivo na elaboração e implementação de um conjunto de reformas modernizantes no império dos Romanov, entre as quais, e principalmente, a que levou à abolição da servidão, em fevereiro de 1861.

Tentemos explicitar, de início, o que se compreenderá com o emprego do conceito de intelectuais e, mais exatamente, com o de *intelectocratas*.

Trabalharemos o conceito segundo uma acepção que pode ser construída desde as origens em que o termo foi, pela primeira vez, empregado, em fins do século XIX francês, quando designou um conjunto de pessoas que, independentemente de suas qualificações ou de suas ocupações profissionais, intervieram no debate público, com propostas para a sociedade. Neste sentido, o que menos importa é a instrução formal adquirida, mas a perspectiva, e a prática, de participar de debates abertos, públicos, envolvendo questões objeto de interesse geral.

Entretanto, há uma armadilha no caminho dos estudiosos da história dos intelectuais ou dos intelectuais na história. É que, de forma geral, e desde o início, o tema tem sido investigado por pesquisadores que vivem em formações sociais capitalistas

---

\* O presente texto foi apresentado, numa primeira versão, ao Seminário: Intelectuais e Estado, realizado na Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, promovido pelo Acordo Capes-Cofecub, coordenado pelos professores Marcelo Ridenti (UNICAMP) e Denis Rolland (Université de Strasburg), em 01 de setembro de 2004

\*\* Professor Titular de História Contemporânea, Núcleo de Estudos Contemporâneos/NEC, do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense/UFF. Pesquisador do CNPq.

desenvolvidas, dispendo de *sociedades civis* articuladas e complexas, onde tendem os intelectuais a ganhar considerável autonomia social e política, por atuarem em espaços institucionais que também gozam de larga margem de autonomia frente a controles estatais e à própria sociedade envolvente. Ora, poderão conceitos e elaborações sobre os intelectuais, válidos para estes tipos de sociedades e de intelectuais, serem transpostos, sem mediações, para sociedades que apresentam padrões de desenvolvimento econômico, social e político inteiramente distintos?

Por entender ser apropriada uma resposta negativa à questão enunciada, recorro, como um primeiro antídoto a mimetismos indesejáveis e ao emprego de conceitos “fora do lugar”, à conhecida metáfora, e grade de leitura, proposta por A. Gramsci a respeito das sociedades *ocidentais e orientais*. As sociedades *ocidentais*, apresentando o desenvolvimento capitalista mais avançado de sua época, seriam urbanizadas, industrializadas, com redes complexas de sociabilidade, dispendo de Estados fortes, mas se enfrentando com instituições histórica e autonomamente organizadas em relação aos controles estatais. Já as sociedades *orientais*, em contraste, teriam outras marcas: agrárias, com maioria esmagadora da população vivendo no campo, processo incipiente de urbanização e industrialização, Estados extremamente poderosos, instituições permeadas por seu controle e influência e sociedades civis relativamente desarticuladas. A. Gramsci, como se sabe, considerando as diferenças qualitativas entre estes dois tipos de sociedade, chegou a sugerir estratégias revolucionárias diferenciadas para cada qual: para as sociedades *ocidentais*, o que chamou de *guerra de posições*: seria ali mais difícil a proposta socialista aceder ao poder, mas haveria melhores condições para a construção de uma sociedade alternativa; já em relação às *orientais*, a *guerra de movimento*, da qual a revolução russa de outubro de 1917 teria sido um exemplo emblemático. Neste tipo de sociedade, a hipótese da *tomada do poder* seria mais factível, porém, muito mais difíceis as condições de construção do socialismo.

Mesmo ressaltando uma avaliação crítica a respeito do caráter esquemático destas metáforas, e das implicações que, muitas vezes, têm sido daí extraídas pelos discípulos de A. Gramsci, ousou dizer que poderia ser pertinente delas se deduzir uma outra chave, adequada para nosso estudo: a dos intelectuais *ocidentais e orientais*.

Os *intelectuais ocidentais*, de acordo com a matriz clássica francesa, dispõem, de acordo com as condições gerais das sociedades onde vivem, de condições de prestígio e de exercício da palavra, e de participação nos assuntos da *Cidade*, muito mais favoráveis do que os *intelectuais orientais*, constantemente cercados pela sufocante pressão do Estado e pela escassa margem de autonomia das instituições existentes.

Partindo destas referências, parece-me razoável considerar os intelectuais russos do século XIX, objeto deste trabalho, como *orientais*, e propor, para a compreensão de seu pensamento e ação, dois grandes tipos. De um lado, os revolucionários, auto-denominados e conhecidos como *intelligenti*, mais e melhor investigados pela literatura especializada, questionando a ordem política e os valores da sociedade com afiadas palavras e explosivas bombas, marginalizados, marginais, perseguidos, batidos, presos, exilados, não raro, liquidados e assassinados nas masmorras do poder<sup>1</sup>. Constituirão a chamada *intelligentsia*, palavra de origem latina, mas cunhada na Rússia, que daria voltas ao mundo, sendo, às vezes, tão mal transposta e empregada em outras latitudes<sup>2</sup>. De outro lado, o que passarei a chamar de *intelectocratas*, por serem pensadores que puseram suas capacidades intelectuais a serviço do Poder, menos estudados, mas não menos importantes, preferindo intervir nos assuntos da sociedade através do Estado, elaborando e, às vezes, de acordo com eventuais circunstâncias favoráveis, implementando propostas que teriam grande impacto na (re)modelagem do futuro do império russo.

*Intelligenti e intelectocratas* na Rússia oitocentista rejeitaram com veemência os modelos modernizantes ocidentais, fundados nas doutrinas e referências liberais. Mas nem por isso conciliaram com a nostalgia arcaica de remotos passados, considerados de forma idílica. Comprometidos com, e olhando para o futuro, tentaram elaborar programas de

---

<sup>1</sup> Cf., entre muitos outros, o trabalho clássico de Franco Venturi: *Il populismo russo*, Einaudi, 1952. Tradução francesa: *Les intellectuels, le peuple et la révolution. Histoire du populisme russe au XIX siècle*. Gallimard, Paris, 1972; Martin A. Miller: *The russian revolutionary émigrés: 1825-1870*. John Hopkins University Press, Baltimore, 1986; Isaiah Berlin: *Russian thinkers*, London, The Hogarth Press, 1978; Marc Raeff: *Origins of the Russian intelligentsia*, Harcourt, N. York, 1966 e Andrzej Walicki: *A history of Russian thought. From the enlightenment to Marxism*. Stanford University Press, Stanford, 1979. Na contra-corrente, um importante estudo que sustenta a inadequação do emprego do termo: Michael Confino: *Idéologies et mentalités: Intelligentsia et intellectuels en Russie aux XVIII et XIXe siècles*. In *Culture et sociétés de l'Est* 13, Institut du Monde Soviétique et de l'Europe Centrale et Orientale/IMSECO, Paris, 1991, pp. 389-421.

<sup>2</sup> Cf. o estudo do termo por Martin Malia: *Qué es la intelligentsia rusa?* In Juan F. Marsal: *Los intelectuales políticos*, Nueva Visión, Buenos Aires, 1971, pp 23-45

*modernidades alternativas* e foram neste sentido precursores de toda uma tradição que se estenderá pelos séculos XIX e XX na própria Rússia e em outras partes do mundo.

O projeto de pesquisa em que me encontro empenhado objetiva abarcá-los em seu conjunto, inclusive porque trabalha com a hipótese da existência de fecundos intercâmbios entre *intelligenti e intelectocratas*, nem sempre, aliás, estudados pela literatura especializada que se dedica, ao contrário, a estudá-los separadamente<sup>3</sup>. Entretanto, neste artigo, considerando a proposta de elaborar uma reflexão entre intelectuais e Estado, me deterei especificamente na trajetória dos intelectocratas russos, evidenciando em particular o percurso de dois deles, notáveis por sua ação e importância, os irmãos Miliutin (Dmitri e Nikolai), do ponto de vista da elaboração de propostas reformistas que almejaram traçar para o Império russo um programa de *modernização alternativa*.

### **A sociedade russa em meados do século XIX: a força das tradições e o movimento decembrista**

Passadas as primeiras décadas do século XIX, a Rússia imperial e autocrática mantinha, em relação às sociedades ocidentais mais complexas, uma estrutura social simplificada. De um lado, a nobreza, concentrando poder e riquezas. De outro, a massa de camponeses servos, cerca de 90% da população. As camadas intermediárias, constituídas por burgueses, comerciantes, clero, funcionários, etc., não pesavam numa sociedade basicamente agrária e incipientemente urbanizada.

Nesta sociedade avantajava-se o Estado, poderosa autocracia, governado através de uma burocracia politicamente irresponsável, regida pela nobreza, e cuja missão principal era manter a ordem interna e fazer a guerra no exterior.

O sistema, aparentemente congelado, tinha, no entanto, um razoável dinamismo, manifestado não apenas no expansionismo geográfico incessante, mas também numa considerável capacidade de auto-reforma. Recordem-se neste sentido as reformas

---

<sup>3</sup> Cf. W. Bruce Lincoln: *In the vanguard of reform. Russia's enlightened bureaucrats, 1825-1861*. Northern Illinois University Press, Dekalb, Illinois, 1982; *The great reforms: autocracy, bureaucracy, and the politics of change in Imperial Russia*. Northern Illinois University Press, Dekalb, Illinois, 1990

empreendidas por Pedro, o Grande, em fins do século XVII e começos do XVIII e as introduzidas por Catarina II, na segunda metade do século XVIII.

Entretanto, como assinalou Marc Raeff, os impulsos reformistas, sem deixar de contribuir para a modernização da Rússia, aprofundaram, ao mesmo tempo, de forma aparentemente paradoxal, a servidão<sup>4</sup>. Apesar disso, pode-se dizer que o sistema, do ponto de vista dos detentores do poder, funcionava a contento: foi capaz de vencer os inimigos externos (suecos, poloneses e turcos) e matar as revoltas populares internas (as insurreições camponesas lideradas por Stenka Razin e Pugatchev)<sup>5</sup>.

No início do século XIX o Império russo seria submetido à rude prova: as guerras contra a França revolucionária e, em particular, a invasão do território russo pela *grande armée* napoleônica. Vencendo, a autocracia não apenas sobreviveu, mas saiu fortalecida do processo, considerada agora como uma grande potência europeia, reserva estratégica da *bandeira branca*, símbolo da reação em escala internacional.

Contudo, apesar do triunfo militar, e da celebração do orgulho nacional que se seguiu, não foi possível ocultar aos olhos do próprio exército imperial vencedor o contraste entre a Rússia imperial e as regiões ocidentais da Europa. A miséria da Rússia, a opulência das sociedades ocidentais. A servidão e a liberdade. Servos e cidadãos. Entre muitos oficiais, todos nobres, construiu-se uma forte crítica às estruturas sociais e políticas do tsarismo, consideradas *atrasadas e bárbaras*. Era necessário mudá-las. Organizados em sociedades secretas, estes oficiais elaboraram programas políticos reformistas e, aproveitando-se de uma crise sucessória por ocasião da morte do Imperador Alexandre I, tentaram um golpe revolucionário em dezembro de 1825. Foram derrotados com rapidez, presos, desmanteladas suas organizações, executadas suas principais lideranças<sup>6</sup>.

Entretanto, a importância e a amplitude da conspiração e da tentativa revolucionária impressionaram a sociedade e o poder, deitaram raízes<sup>7</sup>. Nas *batalhas de memória*, está

---

<sup>4</sup> cf. Marc Raeff: Comprendre l'ancien régime russe. Paris, Seuil, 1982

<sup>5</sup> cf. N. V. Riazanovsky: A History of Russia, Oxford University Press, 1993 e Paul Avrich: Russian Rebels, Schocken Books, N. York, 1972, especialmente pp 180-273

<sup>6</sup> Cf. Marc Raeff: The decembrist movement, Prentice Hall, London, 1966

<sup>7</sup> Já em 1827, sensível ao significado histórico do movimento derrotado, A. Pushkin escreveria um poema em solidariedade aos decembristas, encorajando-os a não se curvarem diante das adversidades. A. Herzen em sua obra maior, *Byloie i Dumy* (Passado e meditações), registraria também o impacto dos decembristas. Cf. A. Herzen: *Passé et meditations* (ed. Daria Olivier), Editions L'Age d'Homme, Lausanne, 1974, cap. IV, vol. 1, pp 105-114

presente a interpretação do *movimento decembrista* como precursor da *intelligentsia* revolucionária populista oitocentista russa. Franco Venturi, estudioso clássico do populismo russo, assinalou, entre os decembristas, o sentido dos interesses do povo e a síndrome do *resgate*, ou seja, a tentativa, muitas vezes desesperada, das elites intelectuais revolucionárias *expiarem*, pelo pensamento e pela ação, e pelo sacrifício, inclusive da própria vida, a *culpa* de não serem exploradas e oprimidas pelo sistema autocrático<sup>8</sup>. Por outro lado, como sublinhou Martim Malia, a negação absoluta, intransigente e abstrata do real, em nome de um ideal superior, estabeleceria o *exemplo* decembrista como fundador da tradição da *intelligentsia* revolucionária<sup>9</sup>.

Mas há outras dimensões do movimento que mereceriam ser lembradas. Os oficiais conspiradores eram mais homens de ação do que doutrinários. Até por suas origens, tipos mundanos, avessos a atitudes estóicas, características da futura *intelligentsia*. E serviam sobretudo ao Estado, que permaneceu para muitos até o fim, até a morte, como referência suprema. Nunca esquecer que se propunham a *tomá-lo*, por dentro, *pelo alto*, através de um golpe de estado, recusando sempre qualquer tipo de mobilização insurrecional do povo, do qual a grande maioria desconfiava, ao contrário de muitos *intelligenti*. Em todos estes sentidos, os decembristas poderiam ser considerados igualmente como fundadores de uma outra tradição, a dos *intelectocratas*.

Assim, penso que é possível sustentar que os decembristas estabelecem referências tanto para a *intelligentsia* revolucionária, fato bastante reconhecido, como para a tradição dos intelectocratas, fenômeno menos enfatizado. Além disso, valeria ressaltar um outro aspecto comum às duas tradições: constituíam uma minoria isolada da sociedade porque as imensas maiorias acreditavam que seu bem-estar e segurança estavam melhor garantidos pela submissão incondicional à Autocracia.

## **A Rússia entre 1825 e 1855: dos tempos de reação às crises dos anos 50 e à guerra da Criméia**

---

<sup>8</sup> F. Venturi, op. cit., vol. 1, pp 105 e segs. Michael Confino, op. cit., pp. 397 e 398

<sup>9</sup> Martin Malia: Alexander Herzen and the birth of Russian Socialism. Harvard University Press, USA, 1961-1975

Há um consenso historiográfico sobre o reinado de Nicolau I (1825-1855): tempos de trevas, de medo, de reação obscurantista e de repressão bruta, características inquestionáveis, embora, a meu ver, possam ser formuladas ressalvas quanto a um certo esquematismo, que associa o período a um absoluto *congelamento* do tempo, e da história, apresentando-se o Estado russo como se estivesse *pairando* sobre a sociedade, como um autêntico demiurgo da História.

Do ponto de vista da história dos intelectuais, ocorreu então uma importante mudança: as minorias instruídas e mais críticas, depois da derrota dos decembristas, tenderam a migrar das altas funções do Estado e do Exército para as Universidades. Mesmo para os que ainda desejavam servir ao Estado, tratava-se de ingressar num estabelecimento de ensino superior ou equivalente, inclusive porque novas legislações passaram a oferecer estímulos funcionais aos portadores de diplomas superiores.

Nas universidades, houve então um processo de conversão e caldeamento: os nobres *intelligenti* ou intelectocratas, no padrão fixado pelos decembristas, tornam-se *intelligenti* ou intelectocratas de origem nobre. Associados a eles, em número crescente, embora minoritários, os *raznachintsy*, provenientes dos estratos intermediários ou inferiores da sociedade, da *abominável realidade russa* (Belinsky), do *reino das trevas* (Dobroliubov)<sup>10</sup>.

Em cursos gratuitos, impregnados pelo idealismo metafísico alemão (Schelling e Hegel), formaram-se elites intelectuais críticas, ultra-minoritárias<sup>11</sup>, cercadas, como numa prisão (Herzen), cerceadas as possibilidades do saber e da imaginação sufocadas por um mundo áspero, repressor e reprimido<sup>12</sup>. Como sempre, houve os que se conformaram, considerando-se impotentes, e os inconformistas, rebeldes. Entre estes, nova bifurcação, duas perspectivas: a do confronto direto com o Estado, a tradição da *intelligentsia* revolucionária, e a da atuação através do Estado, a tradição da *intelectocracia*.

---

<sup>10</sup> Michael Confino critica uma certa supervalorização – quantitativa e qualitativa - dos *raznachintsy*, e a atribui a um mito criado por N.K. Mikhajlovskij na própria época (1874) e que a inércia intelectual tendeu a conservar, op. cit., p. 403

<sup>11</sup> A *população* universitária, descrita em números, fala por si mesma: pouco mais de 3 mil, nos anos 40 do século XIX, num Império de cerca de 40 milhões de habitantes. Nos anos 70, trinta anos depois, um pouco mais de 5 mil, quando já a Rússia tinha 75 milhões de súditos, ou seja, menos que 0,01% da população.

<sup>12</sup> Cf. A. Herzen, op. cit., vol. 1, caps. VI e VII

Entretanto, e em larga medida, a própria *condição minoritária*, aliada à formação comum, permitirá associações, cumplicidades, passagens e trânsitos, transferências, entre *intelligenti* e intelectocratas, permitindo a construção de uma paisagem que não se exaure na consideração exclusiva da *intelligentsia* e da épica revolucionária associada à sua tradição. É necessário analisar também esta outra vertente, a dos intelectocratas, que Bruce Lincoln chamará de *burocratas ilustrados* (enlightened bureaucrats)<sup>13</sup>.

As crises dos anos 50, analisadas por Michael Confino, abririam para estas duas vertentes novos e imprevistos horizontes<sup>14</sup>.

A guerra da Criméia, apesar de seu caráter aparentemente *periférico*, teve, como bem observou Seton-Watson, um papel decisivo na alteração da correlação de forças internacionais, ou, para sermos mais precisos, na percepção desta correlação<sup>15</sup>. A Rússia foi a grande perdedora e nunca mais, até a primeira Grande Guerra, seria considerada como uma potência capaz de intervir de forma decisiva na Europa, como fora o caso desde as guerras napoleônicas até as revoluções de 1848.

No interior do Império, a derrota, evidenciando todo o tipo de debilidades, desencadeou profunda crise política e moral, a que se veio adicionar um conjunto de revoltas camponesas e populares<sup>16</sup>. Finalmente, mas não menos importante, cumpre assinalar disfunções econômicas crônicas e estruturais que, num contexto de crise, tenderam a ser percebidas como insuportáveis.

É neste quadro, de exacerbação de contradições de todo o tipo, e de amadurecimento da consciência de que era necessário efetuar mudanças modernizantes, que se deve analisar as propostas de reformas e a ação dos intelectocratas.

## **Os intelectocratas russos: formação, estruturas de sociabilidade e propostas reformistas**

---

<sup>13</sup> cf. as obras de W. Bruce Lincoln, citadas na nota 3 e ainda a de Ben Eklof, John Bushnell e Larissa Zakharova (eds.): *Russia's great reforms, 1855-1881*, Indiana University Press, 1994

<sup>14</sup> Michael Confino: *op. cit.*, especialmente, cap. III, pp 291-342.

<sup>15</sup> Cf. H. Seton-Watson: *The Russian empire, 1801-1917*, Oxford Press, New York, 1988

<sup>16</sup> Os dados do Ministério de Interior, além de registrar, entre 1836 e 1851, notável incremento de assassinatos de intendentos e de nobres proprietários de terra (*pomesciki*), relacionam, entre 1826 e 1854, 709 revoltas populares: 348 dentre elas ocorreram entre 1845 e 1854, in Michael Confino: *Les projets de réforme de la Noblesse, 1855-1858*. In *Cultures et sociétés de l'Est*, IMSECO, Paris, 1991, p. 295

Desde o reinado do Imperador Alexandre I, sob inspiração dos conselhos de M. Speranski, ganhou terreno a idéia de que os funcionários do Estado deveriam receber uma educação superior formal, valorizando-se o *serviço* do Estado e não a defesa dos interesses da classe de origem<sup>17</sup>.

Adicionando-se à velha Universidade de Moscou, fundada em 1755, cinco novas universidades foram então criadas (Vilna, Dorpat, Kharkov, Kazan e St. Petersburg), e mais o Liceu de Tsarkoe-Selo e a Escola Imperial de Jurisprudência, com diplomas equivalentes aos universitários e especificamente destinadas a formar quadros para o Estado. Decretou-se igualmente que, desde então, ninguém poderia alcançar o nível 8 (kollezhskii assessor), que conferia um título nobiliárquico perpétuo, sem formação universitária ou equivalente. Quanto aos que já estavam entre os níveis 8 e 6, determinou-se que só poderiam aceder ao nível 5 (statskii sovetnik) os que tivessem títulos universitários ou equivalentes.

Em 1834, editou-se um Estatuto do Serviço Civil que definia os funcionários em três categorias, segundo o nível e os diplomas obtidos, conferindo-se prioridade, nas promoções por mérito (conceito recentemente introduzido), aos diplomados pelas universidades ou instituições equivalentes<sup>18</sup>.

Para além destes centros de formação, importantes pelos valores que transmitiam, e pelos laços de coesão e de identidade criados, os *intelectocratas* se agrupariam em algumas outras instituições, entre as quais, podem-se destacar certos Ministérios Imperiais; os jornais destes ministérios; os comitês interministeriais; as sociedades científicas e os círculos sociais informais.

Entre outros ministérios imperiais, sublinharíamos o do Interior, sobretudo o departamento econômico da seção provisória para a reorganização do governo e da economia dos Municípios, transformada em 1847 em Seção Municipal (dirigida por Nicolau Miliutin); o da Marinha Imperial, sob comando do irmão do Tsar, Konstantin Nikolaevich; o da Guerra, para o qual, em 1861, é nomeado ministro Dmitri Miliutin. Tais ministérios, desde os anos 30, adotaram políticas de recrutamento de quadros universitários diplomados e de promoções baseadas no mérito.

---

<sup>17</sup> Cf. Marc Raeff: Michael Speranski: statesman of imperial Russia, 1772-1839. Paris, The Hague, 1969

<sup>18</sup> Evidentemente, as mentalidades não mudaram por decreto, e muitas promoções continuaram sendo determinadas pelo peso das relações pessoais, mas é certo que um novo horizonte se abriu.

Os jornais ministeriais, notadamente ali onde predominavam concepções modernizantes, foram convertidos, de veículos meramente burocráticos, informativos, em órgãos de difusão de estudos e de debates. Caberia mencionar o Zhurnal Ministerstva Vnutrennikh Del (Ministério do Interior/Nicolau Miliutin), o Morskoi Sbornik<sup>19</sup> (Marinha Imperial) e os jornais do Ministério da Guerra (o Voennyi Sbornik, o Ruskii Invalid e um outro, para difusão internacional, o Correspondance Russe).

Os comitês interministeriais, por agrupar quadros de diversas agências, permitindo e estimulando debates e intercâmbios de informação (Comitê Provisório de Estatística, comissões ad hoc), também contribuiriam no sentido da estruturação da intelectocracia modernizante russa.

Finalmente, caberia mencionar as sociedades científicas, entre as quais a Sociedade de Geografia Imperial e sua revista, a Geograficheskie Izvestiia, e os círculos e salões, de sociabilidade mais informal, mas não menos eficaz na construção de identidades e de intercâmbios: entre outros, o círculo dos irmãos Miliutin, que se reunia semanalmente, e o Salão de Elena Pavlona, tia do Tsar, que reunia em St. Petersburg artistas, escritores, políticos e funcionários identificados, sobretudo depois da desastrosa guerra da Criméia, com propostas e políticas reformistas e modernizantes.

Foi-se esboçando nestas estruturas um programa de reformas, entre as quais:

- . abolição radical da servidão com atribuição da terra aos camponeses sem indenização aos nobres proprietários de terra;
- . reforma da educação, considerada como principal fator de promoção social e de emancipação da Rússia do atraso e da barbárie;
- . reforma da Justiça e do aparelho judiciário: lei igual para todos e fim dos privilégios (*zakanoost*);
- . reforma dos aparelhos militares, com adoção da conscrição militar e reequipamento técnico, de modo a reforçar o Estado autocrático.
- . reforma da maquinaria burocrática: guerra sem quartel à corrupção, à centralização, ao segredo; por uma administração dinâmica, tecnicamente competente, informada e controlada pela sociedade (*glasnost*).

---

<sup>19</sup> Este jornal chegou a alcançar uma tiragem de 5.565 assinaturas. Um dado de comparação: o Sovremeniik, considerado o mais importante jornal progressista da época, não passava de 3.100 assinaturas).

Algumas referências básicas regiam este programa: a nação como um todo orgânico, cujos interesses deveriam primar sobre os das classes e setores particulares; a idéia de que o Estado exprimia os interesses da Nação, devendo por isto mesmo ser reforçado, recusando-se, em consequência, qualquer limitação ao poder do Autocrata; uma ética a serviço do Estado; combate aberto aos privilégios da aristocracia e de outras classes consideradas *egoístas*; leis aplicáveis para todos, salvo para o Tsar, reforçando-se assim o princípio da autocracia; desconfiança em relação à participação das amplas massas – elas deveriam ser, em toda uma primeira fase histórica, instruídas e educadas, para ganhar condições de efetiva participação nos negócios de interesse geral.

Estas referências seriam encarnadas, entre outras, por duas trajetórias emblemáticas, as dos irmãos Miliutin<sup>20</sup>.

Dmitri e Nicolau Alekseeivich Miliutin podem ser considerados, com justiça, emblemas de uma geração de intelectocratas que marcou o processo das reformas empreendidas entre 1860 e 1880 no Império russo.

De origem nobre, mas empobrecidos, não dispunham de terras ou servos. Ambos, aos 17 anos, ingressaram no serviço do Estado. Dmitri, nascido em 1816, dedicou-se ao Exército, onde começou a servir em 1833, tornando-se ministro da guerra em 1861, aos 45 anos, onde permaneceu até 1881, liderando a elaboração e implementação das grandes reformas militares então empreendidas: novo estatuto do exército, os colégios militares e a conscrição universal. Nicolau, nascido em 1818, ingressou no Ministério do Interior em 1835. Em 1842, com 24 anos, assumiu a direção de uma nova agência, então criada: o departamento econômico da seção provisória para a reorganização do governo e da economia dos municípios, renomeada em 1847, sempre sob sua direção, como Seção Municipal, onde presidiu a reforma da Administração Municipal de St. Petersburg, desencadeando, ao mesmo tempo, estudos sobre 139 cidades russas<sup>21</sup>.

Considerados como principais líderes do *partido reformista*, por muitos sintomaticamente chamado de *partido Miliutin*, ou ainda de *partido vermelho*, travaram luta aberta contra

---

<sup>20</sup> Há uma curta, mas densa, biografia de N. Miliutin escrita por W. Bruce Lincoln: Nikolai Miliutin. An enlightened russian bureaucrat of the 19th century. Oriental Research Partners, Newtonville, Mass., 1977. Sobre os irmãos Miliutin, cf. N. Miliutin: Abolition du servage en Russie, Paris, 1863. D. Miliutin: Dnevnik (Diário). Ed. P.A. Zaionschkovskii, 4 vols., Moscow, 1947-1950; e Vospominaniia general-fel'dmarshala grafa Dmitriia Alekseevicha Miliutina. Tomsk, 1919

<sup>21</sup> Até o fim dos anos 40, a Seção promoveu estudos de cerca de 300 cidades ou núcleos urbanos, dentre as 693 existentes na Rússia.

as elites constituídas e seus privilégios, contribuindo, de modo decisivo, para as grandes reformas sociais e políticas que pretendiam enfraquecer o poder tradicional de proprietários de terras, grandes comerciantes e detentores de cargos nos altos escalões da Administração Imperial, estabelecendo as bases de uma modernidade alternativa.

### **Avaliação histórica das reformas**

Um enunciado, mesmo sumário, das principais reformas realizadas entre os anos 60 e 80 permite uma avaliação de sua importância histórica.

- . abolição da servidão, de fevereiro de 1861, alcançando mais de 20 milhões de pessoas
- . reformas nos estatutos das cidades e dos municípios urbanos: 1846-1870
- . reformas nos estatutos do Poder Local (1861) e criação dos zemstva (1864), contribuindo para enfraquecer o poder central e o exercício do poder local por parte dos nobres proprietários de terras
- . reformas educacionais: autonomia das universidades (1863) e o estatuto do ensino médio (1864)
- . reformas do aparelho judiciário: instauração do júri, com direito ao contraditório e à publicidade dos processos (glasnost)
- . reformas nas forças armadas: reorganização administrativa e territorial do exército (1862-1864), reorganização das escolas militares (1863) e estatuto da conscrição universal militar (1874).

As reformas tinham um sentido claro: modernizar a Rússia, mas fora dos padrões do capitalismo liberal ocidental, considerado estranho às tradições e à história russas e nocivo a seus interesses como Estado e Nação. Os objetivos dos intelectocratas (*partido Miliutin*) eram os de fortalecer o Estado, à custa dos chamados interesses particulares e egoístas, e assegurar, de forma lenta e controlada, e ordeira, um processo de promoção social, baseado na educação, capaz de reconferir à Rússia a força, a grandeza e a importância perdidas no cenário internacional.

Contrariando amplos e tradicionais interesses arraigados na sociedade, mas editadas *pelo alto*, sem participação organizada dos *de baixo*, as reformas seriam condicionadas

fortemente pelas pressões das elites e classes dominantes que levaram o tsar, muitas vezes, a intervir e a desfigurar projetos elaborados pelas comissões ad hoc onde, não raro, predominavam as articulações e elaborações da intelectocracia.

Assim, em muitas oportunidades, como no caso emblemático, mas de modo nenhum único, da abolição da servidão, o projeto finalmente aprovado foi um híbrido, um meio termo, onde era possível perceber, ao mesmo tempo, as intenções dos intelectocratas, as hesitações do Tsar e a firme resistência dos que se viam atingidos em seus interesses tradicionais.

Os camponeses seriam emancipados, mas nem todos imediatamente; com a terra, mas não com toda a terra, nem com as melhores, e a teriam como propriedade comunal, e, mais importante, e mais terrível para os mujiks, seria necessário pagar por elas preços escorchantes, em pesadas e longas prestações, apenas abolidas mais de quarenta anos depois...e depois de uma revolução social de grande envergadura, a de 1905. Os nobres também não se consideraram contemplados, pois perderam riqueza, força, prestígio. Nos anos seguintes, e no futuro, jamais conseguiriam recuperar as posições anteriores. Uma derrota histórica. A Autocracia, de fato, foi a grande vencedora, projetando-se fortalecida. Neste sentido, prevaleceram as idéias dos intelectocratas.

Colocadas em perspectiva histórica, as reformas empreendidas em meados do século XIX no império russo distinguiram-se pelo fato de que modernizaram a economia e a sociedade sem aprofundar estruturas tradicionais, paradoxo registrado em relação às reformas de Pedro e Catarina (séculos XVII e XVIII). Não foi pouco, nem irrelevante.

As críticas da intelligentsia, na época, formuladas tanto por radicais (N. Tchernychevsky) como por reformistas (A. Herzen), e retomadas mais tarde pela tradição revolucionária e pela historiografia soviética, insistiriam na caracterização das reformas como “farsa”, exprimindo e dando voz a um sentimento de frustração social que explodiria em forma de revoltas localizadas em vários cantos do Império, mas que, ao contrário das expectativas de muitos revolucionários, não se transmudou em guerra camponesa revolucionária. Em resumo: se houve insatisfação, e mesmo frustração, não foram suficientes para provocar abalos sistêmicos, revolucionários, em grande escala. Como se as insuficiências tivessem sido registradas, mas não fossem consideradas maiores, ou

mais importantes, que os ganhos, simbólicos e materiais, proporcionados pelas reformas. Um êxito para as reformas e para os reformistas.

Do ponto de vista de alguns historiadores liberais norte-americanos, especialistas em estudos a respeito do que chamo de intelectocracia, as reformas também não deixaram de ser apresentadas como decepcionantes, por não terem sabido avançar em termos políticos. Assim, não teria tomado corpo uma dinâmica liberal que, no limite, gerou impasses que, por sua vez, gerariam...a revolução de 1917. Uma leitura bastante retrospectiva, como se vê, já que se pode argumentar que esta última revolução foi produto de uma outra conjuntura histórica, de uma outra aventura guerreira, de uma outra crise histórica<sup>22</sup>.

Neste debate tendo mais a acompanhar a apreciação de Seton-Watson, quando fez a comparação entre a abolição dos escravos nos EUA e a abolição da servidão na Rússia. No primeiro caso, os escravos foram emancipados, mas depois de uma tremenda guerra civil, mas sem terra. Já na Rússia, não houve guerra civil, e os servos foram libertados (não totalmente, é verdade, permaneceriam ainda como “cidadãos de segunda classe”, mas o mesmo não se poderia dizer dos negros norte-americanos emancipados?) com terra, apesar das restrições, dos limites e das pesadas prestações que teriam de pagar pela terra concedida.

De um determinado ângulo, e face aos imperativos do tempo, o Estado russo, com as reformas, soube enfrentar com sucesso as crises dos anos 50-60, e as superou, conjurando os ventos revolucionários e abrindo horizontes de modernização para o Império. E de uma modernização alternativa, distinta dos padrões ocidentais liberais. Um triunfo inquestionável, vale insistir, das propostas dos intelectocratas.

Não se pode esquecer que o Tsar e o tsarismo ganharam então cerca de meio século de sobrevida. Considerando o famoso adágio de Keynes, de que em quarenta anos estaremos todos mortos, a profunda crise e as difíceis condições em que se encontrava o Império, não se pode negar que houve ali, independentemente de juízos de valor, uma superação

---

<sup>22</sup> W. Bruce Lincoln retoma este argumento na conclusão da biografia sobre N. Miliutin, op. cit. pp. 101 e segs.

histórica de entraves, uma abertura de horizontes, gerando, em certo sentido, as condições para um recomeço<sup>23</sup>.

Entretanto, os intelectocratas não colheram louros especiais, nem reconhecimento, social, histórico, ou do próprio Tsar.

É interessante observar que quase todos os intelectocratas envolvidos na elaboração e implementação das reformas seriam, um pouco mais tarde, ou na própria conjuntura das reformas, demitidos dos cargos que ocupavam ou/e transferidos para posições de assessoria ou de participação simbólica. O próprio N. Miliutin, um dos grandes cérebros articuladores da reforma que aboliu a servidão, seria afastado de suas funções já em abril de 1861, cerca de dois meses depois da proclamação da reforma. Alguns anos depois, em 1865, seria nomeado para o Conselho de Estado. Considerando o posição estratégica que ocupava no momento das reformas, um cargo simbólico, como uma recompensa por serviços prestados. A notável exceção foi a de D. Miliutin, ministro da guerra, mas que teve de suportar a censura e o fechamento dos jornais do ministério que comandava e que desempenhavam um papel crucial nos debates e na elaboração das reformas. Este último intelectocrata seria, afinal, dispensado em abril de 1881, logo depois do assassinato do Tsar Alexandre II.

Assim desapareceu o *partido Miliutin*, desfazendo-se a força e o prestígio dos intelectocratas reformistas engajados na estruturação de uma proposta de modernidade alternativa para o Império russo. Se, ao articular, elaborar e implementar as reformas souberam exprimir forças profundas presentes na sociedade e mostrar uma sensibilidade apurada para as chances proporcionadas pelas circunstâncias históricas, evidenciaram também, pela maneira fulminante como foram afastados do proscênio, a fragilidade política básica das *eminências pardas*, típica da intelectocracia, sempre dependente de um poder que assessoram, e influenciam, mas que não controlam.

---

<sup>23</sup> A polêmica a respeito do impacto e significado históricos das reformas teve início desde a conjuntura em que estas foram editadas. Os argumentos dos revolucionários (Tchernychevsky e Herzen, entre outros), caracterizando as reformas como completamente insuficientes e mesmo como um engodo, ou uma farsa, seriam, mais tarde, retomados pela historiografia soviética. Historiadores norte-americanos, como W. Bruce Lincoln, por um outro ângulo, já comentado no corpo no texto, formulariam igualmente reparos fundamentais às reformas, consideradas “incompletas”.

Daniel Aarão Reis

Novembro, 2004

Revisto em outubro de 2005